

IMPORTÂNCIA DO MANIFESTO DE 1959 PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Darciel Pasinato¹

RESUMO: Em 05 de novembro de 1956, o movimento inicia, quando o padre deputado Fonseca e Silva fez um discurso na tribuna do Congresso Nacional, atacando Anísio Teixeira. Em 1º de julho de 1959, tivemos a assinatura do *Manifesto dos Educadores*, redigido por Fernando de Azevedo, onde 164 (cento e sessenta e quatro) personalidades de destaque no cenário cultural brasileiro aderiram ao movimento. Através dessa mobilização, que a Igreja Católica acaba entrando em cena, pois temia a expansão da *escola pública* e o esvaziamento de suas *escolas particulares*, além de ser contra a laicização do ensino e a favor da permanência da cadeira do ensino religioso em toda a rede pública de ensino. Na sequência da publicação do Manifesto de 1959, tivemos uma campanha em defesa da escola pública, que inicia em 04 de maio de 1960. Em 20 de dezembro de 1961, o Manifesto chega ao seu “apogeu”, devido à criação da Lei nº 4.024/61, a primeira LDB do Brasil.

Palavras-chave: movimento, escola pública e escola particular.

ABSTRACT: On November 5, 1956, the movement begins when the priest Mr. Fonseca and Silva did a speech at the rostrum of the National Congress, attacking Teixeira. On first of July, 1959, we had the signing of the Manifesto of Educators, written by Fernando de Azevedo, where 164 (one hundred and sixty-four) personalities prominent in the Brazilian cultural joined the movement. Through this mobilization, the Catholic Church has just entering the scene, it feared the expansion of public education and the undermining of their private schools and is against the secularization of education and chair for the retention of religious education throughout the public teaching. Following the publication of the Manifesto of 1959, we had a campaign in defense of public school, which starts on May 4, 1960. On December 20, 1961, the Manifest has reached its "peak" due to the establishment of Law 4.024/61, the first LDB from Brazil.

Keywords: movement, public school and private school.

Devido o elevado índice de analfabetismo do país, “até os ‘liberais’ estavam convencidos de que a República se mostrou incapaz de formar elites necessárias a qualquer modernização” (PÉCAUT, 1990, p. 30). Os educadores liberais sustentavam o

¹ Graduado em História (2008), especialista em Orientação Educacional (2011) pela Universidade de Passo Fundo. Atualmente é bolsista capes e aluno do programa de pós-graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo. E-mails: darcielpasinato@bol.com.br/77131@upf.br

papel primordial do ensino público e gratuito, sem distinção de sexo. Francisco Campos, como Ministro da Educação (1930-1932), esteve à frente de duas reformas, reconhecidamente inovadoras: a do ensino primário e normal, e a do ensino secundário e superior. Essas reformas iniciaram em 1931 e consolidaram-se em 1932.

Em 1932, foi lançado “o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, que, após diagnosticar o estado da educação no Brasil afirmando que

todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda criar um sistema de organização escolar à altura das necessidades modernas e das necessidades do país’, apresenta um *Plano de Reconstrução Educacional*” (SAVIANI, 2005. p. 31).

O Manifesto era um documento de política educativa em que, mais do que a defesa da Escola Nova, estava em causa a defesa da *escola pública*.

O perigo, representado pela escola pública e gratuita, consistia não apenas no risco de esvaziamento das escolas privadas, mas consistia, sobretudo, no risco de extensão de educação escolarizada a todas as camadas, com evidente ameaça para os privilégios, até então, assegurados às elites. O “Manifesto”, elaborado por Fernando de Azevedo e assinado por vinte e seis educadores brasileiros, líderes do movimento de “renovação educacional”, inicia-se estabelecendo a relação dialética, que deveria existir entre educação e desenvolvimento, colocando esta, numa situação de primazia no que diz respeito aos problemas nacionais.

O Manifesto definia um amplo programa educacional, estabelecendo a educação como um serviço essencialmente público em que o Estado era chamado a realizar com a cooperação de todas as instituições sociais. Concebeu uma escola comum para ambos os sexos, única para todos. Leiga, sendo a educação primária gratuita e obrigatória. A escola secundária era compreendida como escola para o povo. “A posição dos Pioneiros vale como síntese de ideias que vão marcar o campo educacional, tanto do ponto de vista pedagógico quanto de uma concepção do papel do Estado na oferta da educação escolar” (VIEIRA; FARIAS, 2007, p. 94). Ideias que são contribuições que permanecem até hoje. Nos anos 1930, explicitariam um embate ideológico, que acaba por repercutir sobre a Constituição de 1934.

Gustavo Capanema foi Ministro da Educação e Saúde no período de 1934 a 1945. Nenhum outro Ministro da Educação conseguiu permanecer no cargo tanto tempo assim. “A sua maior contribuição foi a reforma do ensino secundário de 1942” (SCHWARTZMAN et al, 1984, p. 190). Era um homem culto e devoto às mais variadas leituras. Possuía grande habilidade política. “Prova disso é o fato de, em plena vigência do Estado Novo, ter conseguido atrair para o seu Ministério, seja ocupando cargos, seja sob a forma de colaboração, ponderável parcela da intelectualidade brasileira”(CUNHA, 1981. p. 113).

A despeito dos evidentes exageros e do fascínio pela experiência nazi-fascista, que caracterizaram a implementação de uma política familiar durante o governo de Getúlio Vargas, sobretudo, durante o Estado Novo (1937-1945). Não se pode negar a inauguração de uma nova fase na política social brasileira, graças a uma postura mais definida do Estado em face da problemática social

um auxílio extra na composição dessa política social veio por conta do pacto estabelecido com a Igreja, cujo objetivo era a realização, no plano prático, de sua doutrina social, atendendo ao interesse primordial de reordenar o espaço social por meio da harmonia e da colaboração entre as classes sociais. (Sousa 2000, p. 249).

O *populismo*² só pôde ser compreendido no contexto do processo de crise política e de desenvolvimento econômico que se abre com a Revolução de 1930 e

foi a expressão do período de crise da oligarquia e do liberalismo, sempre muito afins na História Brasileira, e do processo de ampliação do Estado que, por sua vez, teve que se apoiar sempre em algum tipo de autoritarismo, seja o autoritarismo institucional da ditadura Vargas (1937-1945), seja o autoritarismo paternalista ou carismático dos líderes de massas da democracia do pós-guerra (1945-1964).(BARROS, 1999, p. 14)

O objetivo fundamental que norteará o sistema populista ao implementar a educação de adultos, a alfabetização, essencialmente, será “a necessidade de suas bases

² Foi um movimento político que desfrutava do apoio das massas da classe operária urbana e/ou do campesinato, mas que não derivava do poder organizacional autônomo de nenhum dos dois setores (LACLAU, 1978, p. 158).

sociais, ou seja, aumentar o número de eleitores no setor urbano, fortalecer os novos grupos no poder, recém-incluídos no sistema de alianças” (SÁ, 1982, p. 86).

No campo educacional, os primeiros anos da redemocratização, sobretudo após 1945, são agitados. Revelam-se elementos de contradição que expressavam uma sintonia com o contexto político. Podia-se dizer que o conceito de democracia limitada também se aplicava às ideias pedagógicas que circulavam no período. Em 1956, já havia desencadeado na sociedade o debate entre os defensores da escola pública gratuita e os defensores dos estabelecimentos de ensino privado. No intervalo entre a promulgação da Constituição de 1946 e do projeto da LDB de 1961, é também lançado o segundo Manifesto de educadores ao povo e ao governo, denominado: “*Mais Uma Vez Convocados*”. O texto, divulgado em 1959, é assinado por (cento e sessenta e quatro) personalidades de destaque no cenário cultural brasileiro, (treze) dos quais subscreveram o Manifesto de 1932.

O episódio que desencadeou o conflito entre os defensores do ensino público e os partidários da escola privada ocorreu em 1956, quando o padre deputado Fonseca e Silva, em discurso no Congresso Nacional, atacou Anísio Teixeira e Almeida Júnior, acusando-os de desejarem “destruir as escolas confessionais”. Confundindo a filosofia pragmatista de Dewey³, que dava base ao pensamento de Anísio Teixeira, com as correntes filiadas ao marxismo, o deputado Fonseca e Silva repetiu discursos no intuito de provar que as teses dos defensores do ensino público eram “perigosamente comunistas”. Segundo Ghiraldelli Júnior (2003, p. 99)

várias entidades, como a Igreja Católica, os órgãos de imprensa, diversas associações profissionais, se envolveram no conflito, tomando posições definidas. A *Campanha de Defesa da Escola Pública*, desencadeada em 1959, colocou o Jornal *O Estado de São Paulo*, de tendência liberal-conservadora, udenista, ao lado de educadores mais radicalmente democratas e até mesmo dos socialistas. (JÚNIOR. 2003, p. 99)

Isso, pois, diante do substitutivo de Carlos Lacerda, vários setores sentiram que a aprovação de uma peça privatista seria uma ameaça à escola pública.

³ John Dewey foi um professor universitário norte-americano que exerceu grande influência na pedagogia contemporânea. Seu pensamento, denominado “pedagogia da escola nova”, apresentava um modelo de escola (uma escola nova) que se destinava à reconstrução da sociedade (CUNHA, 1980, p. 45).

Por outro lado, os interesses privatistas foram expressos e defendidos na Revista *Vozes*, porta-voz da Igreja Católica. “Em diversos artigos, o então Frei Evaristo Arns, sob a ideia da defesa do ‘ensino livre’, insistiu que a educação não era função do Estado e, sim, da família, por ser um ‘grupo natural’ anterior ao Estado”(GHIRALDELLI JÚNIOR, 2003, p. 104) . O Frei Evaristo Arns serviu de escudo para os empresários do ensino, que por não terem justificativas e bandeiras para solapar a *Campanha da Escola Pública*, serviram-se dos argumentos da Igreja Católica. Em 1961, com o projeto da LDB já aprovado pela Câmara, a Campanha pela Escola Pública chegou ao seu apogeu.

Tratava-se de um documento de posição frente ao acirramento das disputas entre publicistas e privatistas no encaminhamento do debate sobre a LDB

“Os signatários, do documento de 1959, postulavam uma educação liberal, democrática, voltada para o trabalho e o desenvolvimento econômico; uma educação que buscasse a transformação do homem e de seu espaço social. Defendiam a escola pública, cujas portas, por ser escola gratuita, se franqueavam a todos sem distinção de classes, de situações, de raças e de crenças. Para esses educadores, esta escola era por definição, a única que estava em condições de se subtrair a imposições de qualquer pensamento sectário, político ou religioso”. (VIEIRA; FARIAS, 2007, p. 111).

Nessa última etapa de tramitação do projeto de diretrizes e bases, que vai da sua aprovação na Câmara Federal até a transformação do projeto em lei, o que aconteceu em 1961. O episódio mais significativo foi a organização de um movimento, que de São Paulo se espalhou para outras regiões do país, em que se propôs defender intransigentemente a escola pública. “Um dos principais frutos desse movimento foi a realização da *I Convenção Estadual em Defesa da Escola Pública* em 04 de maio de 1960, na qual se organizou formalmente a *Campanha de Defesa da Escola Pública em São Paulo* e tomou corpo o projeto de estendê-la para todo o Brasil”. (BUFFA, 1979, p. 55).

A LDB, foi considerada uma ‘meia vitória’, pois

constituiu-se em um marco na educação brasileira, sobretudo pelas disputas ideológicas que trouxe em seu bojo. Quanto aos encaminhamentos, observa-se que a lei foi uma derrota dos partidários da escola pública no momento em que a Igreja conquista na LDB,

grande espaço ideológico, tendo, aparentemente, uma grande vitória, mas que, a seguir, perderia influência no campo educacional para aqueles a quem auxiliou diretamente naquele momento, o ‘grupo privatista.’(ESQUINSANI, 2001, p. 116)

No período de 1945 a 1964, retornamos ao estado de direito, com governos eleitos pelo povo e marcados pela esperança de um progresso acelerado. No início da década de 1960, a discussão sobre a educação popular toma corpo com diversos movimentos importantes. No início de 1958, D. Vicente Sherer, Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre/RS, pronunciou um discurso durante a missa atacando Anísio Teixeira. Dizia que este estava promovendo não só o laicismo do ensino, mas também a laicização e o materialismo da vida. Todas essas acusações se prendiam à tese defendida por Anísio Teixeira, citada pelo arcebispo de que “obrigatória, gratuita e universal, a educação só poderia ser ministrada pelo Estado”(BUFFA, 1979. p. 30).

Os anos de 1956 a 1961, constituíram o período “áureo” do desenvolvimento econômico, aumentando as possibilidades de emprego, mas concentrando os lucros em setores minoritários internos e externos. Ribeiro coloca (1998, p. 166), que “*do ponto de vista pedagógico*, a Igreja Católica acusava a escola pública de ter condições de desenvolver somente a inteligência e, enquanto tal instruiu, mas não educa”.

O direito de todos os cidadãos à educação, o dever ao Estado de garanti-lo, embora somente tenha sido afirmado pela primeira vez na Constituição Brasileira de 1934⁴ e implementada na Constituição de 1937⁵, já pareciam como objeto de debates desde o início da história constitucional brasileira (1823). “Durante o ano de 1932, apesar dos graves problemas gerados pela Revolução Constitucionalista, a área do ensino foi objeto de várias medidas não só da parte do Governo Provisório, como igualmente, dos estaduais, a cargo, estes últimos, dos interventores”. (NISKIER, 1995, p. 252).

⁴ Art. 149. A educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes, proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (POLETTI, 2001, p. 168).

⁵ Art. 130. O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem ou notoriamente não poderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar (COSTA PORTO, 2001, p. 103).

com efeito, embora a necessidade da Educação Moral e Cívica nas escolas como instrumento de difusão ideológica e disciplinamento continuasse a ser enfatizada em nível de discurso, na prática, sobretudo a partir de 1935, o controle e a repressão sobre o sistema de ensino passaram a ocupar o primeiro plano”. A implantação do Estado Novo encerrava o movimento das reformas de ensino em vários Estados Brasileiros e no Distrito Federal, conhecido como *Movimento da Escola Nova*. “Foi no espaço urbano, que as escolas deixaram gradualmente de representar uma extensão do campo familiar, privado e religioso, passando a integrar uma rede escolar desenhada pelas equipes técnicas dos governos municipais e estaduais(NUNES, 2001. p. 105)

Tomando o debate educacional em seu conjunto (Constituição de 1946⁶), o ponto mais polêmico foi o do ensino religioso, de matrícula facultativa nos estabelecimentos oficiais, que extrapolava o âmbito educacional e se inseria na relação: Estado - Igreja Católica. A República separou o Estado da Igreja e o ensino religioso da escola pública. De acordo com Nunes (2001, p. 109), “para Anísio Teixeira e outros intelectuais da Associação Brasileira de Educação (ABE), que comungavam em suas ideias, o objetivo das escolas secundárias não era apenas a formação da elite intelectual, como propuseram Francisco Campos e, posteriormente, Gustavo Capanema”. Enquanto Anísio Teixeira realizava sua intervenção no espaço escolar da cidade, em relação às escolas secundárias, os educadores reformistas iam ocupando o espaço das conferências nacionais e empurrando para fora da ABE os educadores católicos.

Numa sociedade como a nossa, tradicionalmente marcada de profundo espírito de classe e de privilégio, somente a escola pública será verdadeiramente democrática e somente ela poderá ter um programa de formação comum, sem os preconceitos contra certas formas de trabalho essenciais à democracia (BUFFA, 1979, p. 23).

Na escola pública, desaparecerão as diferenças de classe e todos os brasileiros se encontrarão, para uma formação comum, igualitária e unificadora, a despeito das separações que vão, depois, ocorrer. Independente da sua qualidade profissional e

⁶ Art. 166: A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana (OLIVEIRA, 2001, p. 175).

técnica a escola pública tem a função de aproximação social e destruição de preconceitos.

Conforme o *Manifesto de 1932*, o *Manifesto de 1959* foi redigido por Fernando de Azevedo. Vários educadores e intelectuais liberais deram sustentação ao documento. Diferentemente de 1932, o Manifesto de 1959 não se preocupou com questões pedagógico-didáticas. “O Manifesto de 1959 não foi favorável ao monopólio do ensino pelo Estado, como quiseram fazer crer a opinião pública e os defensores do ensino privado” (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2003, p. 100). Pelo contrário, foi favorável à existência das duas redes, pública e particular; mas, propunha que as verbas públicas servissem somente à rede pública e que as escolas particulares se submetessem à fiscalização oficial. Dentre as várias personalidades que assinaram o Manifesto dos Educadores de 1959, pode-se destacar as seguintes: *Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Florestan Fernandes e Paulo Freire*.

“Para Anísio Teixeira, a escola pública representava um exercício de democracia, na medida em que permitia que um número maior de pessoas tivesse acesso à educação, essa fornecida pelo Estado e dotada de princípios como laicismo, que ia de encontro aos propósitos da Igreja” (ESQUINSANI, 2001, p. 123). Nesse sentido, a escolha do país pela escola privada, representava ratificar a educação tomada de uma orientação católica, o que garantia à Igreja duplo espaço: o espaço de formação doutrinária e o espaço para continuar atuando na educação.

Fernando de Azevedo foi um educador, sociólogo e humanista brasileiro. Tornou-se conhecido a partir da reforma do sistema escolar do Rio de Janeiro. Cabia aos Estados da Federação organizar, custear e ministrar o ensino em todos os graus, de acordo com os princípios e as normas gerais estabelecidas na Constituição. O sistema escolar deveria ser estabelecido nas bases de uma educação integral.

Lourenço Filho era considerado um inovador, reformador e modernizador. Em seu pensamento, desde a década de 1920, o ensino primário foi preocupação central. Dizia que por escola nova se deveria entender, como um conjunto de doutrinas e princípios tendentes a rever, de um lado, os fundamentos da finalidade da educação, de outro, as bases de aplicação da ciência à técnica educativa. Lourenço Filho dizia que

do ponto de vista dos fins da educação, a Escola Nova entendia que a escola deveria ser órgão de reforçamento e coordenação de toda a ação educativa da comunidade: a educação é a socialização da criança. Do ponto de vista político, pretendia a escola única e a paz pela escola(GADOTTI, 1994, p. 242.)

Analisando o problema da educação popular no Brasil, escrevia Florestan Fernandes (década de 1960), que “os países subdesenvolvidos são, também, os que mais dependem da educação como fator social construtivo” (ROMANELLI, 1996, p.183). Tais países precisam da educação para mobilizar o elemento humano e inseri-lo no sistema de produção nacional e para formar novos tipos de personalidade, novos estilos de vida e incentivar novas formas de relações sociais. Todavia, esses países não encontram, na situação sócio-cultural herdada, condições que favoreçam uma boa compreensão dos fins e uma boa escolha dos meios para atingi-los. Se a educação não pode ser considerada como condição única para a viabilidade desses dois aspectos – *desenvolvimento* e *democracia* – ela é um fator importante. Em se tratando de educação elementar, desenvolvimento é, sobretudo, democratização do ensino. O ensino deve ser democratizado, isto é, deve ser uma oportunidade colocada ao alcance de todos.

Podemos dizer que Paulo Freire foi um dos grandes pedagogos da atualidade não só no Brasil, mas também no mundo. “Paulo Freire nasceu em Recife em 1921, e suas primeiras experiências educacionais foram efetuadas em Angicos, no Rio Grande do Norte, onde 300 (trezentos) trabalhadores do campo se alfabetizaram em 45 (quarenta e cinco) dias”(ARANHA, 1996. p. 206). Fez parte do *Movimento Cultural Popular* (MCP) de Recife. Parte do princípio de que vivemos em uma sociedade dividida em classes, na qual os privilégios de uns impedem a maioria de usufruir os bens produzidos. Um desses bens é a educação, da qual é excluída grande parte da população do Terceiro Mundo.

A evolução do sistema técnico industrial, em termos de dependência pedagógica, foi no sentido oposto ao do aparelho educacional como um todo, onde os estados e os estabelecimentos de ensino gozavam de autonomia crescente a partir do fim do Estado Novo (1945), intensificada após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961). Apesar da legislação descentralizadora do ensino em geral, o ensino técnico industrial desenvolveu-se sob um marcante processo centralizador (CUNHA, 2005. p. 137).

A educação profissional não era destinada a resolver apenas os problemas dos setores da população com ‘falta de qualificação profissional’, ou seja, da classe trabalhadora. “Para os setores da população pertencente à classe média ela era tida, agora, como um meio de abertura de oportunidades”. (CUNHA, 1980, p. 53).

Nos meses finais de 1963, Jango, então na Presidência da República, trouxe a público a situação da educação brasileira: metade da população continuava analfabeta; somente 7% dos alunos do curso primário chegavam à quarta série; o ensino secundário acolhia apenas 14% daqueles que o procuravam; somente 1% dos estudantes alcançava o Ensino Superior. (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2003, p. 114).

Mesmo administrando o país sob o fogo cruzado dos setores conservadores, o presidente Jango conseguiu desenvolver medidas importantes para o avanço nas áreas sociais. Com o golpe de 1964 e, conseqüentemente, a instalação da ditadura militar, a ideia do desenvolvimento de uma política educacional integrada à política social, rumo a um Estado de Bem-Estar Social, foi deixada de lado.

Por fim, tanto o *Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932*, quanto o *Manifesto dos Educadores de 1959*, que contribuiu para a criação da Lei nº 4.024/61 - a nossa primeira LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) - mudaram a educação brasileira profundamente, porque democratizaram o acesso ao ensino a todas as camadas sociais. Foram movimentos que propiciaram a configuração da educação no país, pois apesar de revelarem suas respectivas diferenças, o ponto em comum era que ambos defendiam a *escola pública, gratuita, obrigatória e laica*. O primeiro manifesto entrou em conflito com os pensadores conservadores, enquanto o segundo entrou em conflito com a Igreja Católica.

Referências Bibliográficas

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação*. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BARROS, Edgard Luiz de. *O Brasil de 1945 a 1964*. São Paulo: Contexto, 1999.

BUFFA, Ester. *Ideologias em conflito: escola pública e escola privada*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

COSTA PORTO, Walter. *Constituições Brasileiras: 1937*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

CUNHA, Célio da. *Educação e autoritarismo no Estado Novo*. São Paulo: Cortez, 1981.

CUNHA, Luiz Antônio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. 6 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

_____. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. *O público e o privado em educação: o caso Anísio Teixeira e a Igreja Católica no Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado em Educação, apresentada ao programa de pós-graduação da Universidade de Passo Fundo, 2001.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12 ed. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2004.

GADOTTI, Moacir. *História das ideias pedagógicas*. 2 ed. São Paulo: Editora Ática, 1994.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *Filosofia e história da educação brasileira*. São Paulo: Manole, 2003.

HORTA, José Silvério Baia. *O Hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo, populismo*. Tradução de João Maria e Lúcia Klein. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978.

NISKIER, Arnaldo. *Educação brasileira: 500 anos de história (1500-2000)*. Rio de Janeiro: Consultor, 1995.

NUNES, Clarice. As políticas públicas de educação de Gustavo Capanema no governo Vargas. In: BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 103-125.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Educação na Assembléia Constituinte de 1946. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *A Educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)*. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 153-189.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

POLETTI, Ronaldo. *Constituições Brasileiras: 1934*. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 15 ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1998.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930-1973)*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

SÁ, Nicanor Palhares. *Política educacional e populismo no Brasil*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

SAVIANI, Dermeval. A política educacional no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. III: século XX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 29-38.

SCHETTERT, Lenir Santos. *Educação no contexto brasileiro: das raízes aos dias atuais*. Ijuí: UNIJUÍ, 1992.

SCHWARTZMAN, Simon et al. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz & Terra/Edusp, 1984.

SOUSA, Cynthia Pereira de. Saúde, educação e trabalho de crianças e jovens: a política social de Getúlio Vargas. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 221-249.

VIEIRA, Sofia L.; FARIAS, Isabel M. Sabino de. *Política educacional no Brasil: introdução histórica*. Liber Livro Editora, 2007.